

## **Instâncias agentivas e instâncias enunciativas: uma reflexão teórico-metodológica**

*Rosalice Pinto*

*Helena Topa Valentim*

### **Abstract:**

In this presentation, we aim at reflecting on how, on one side, the description of agentive instances proposed within ISD (Socio-Discursive Interactionism) and how, on the other side, the conception of the complex system of enunciative coordinates that make up the referential system according to TOPE (Predicative and Enunciative Operations Theory) can complement each other for the description of empirical objects. It is, therefore, a theoretical reflection a linguistic-textual analysis of a corpus of a specific text genre: deliberative discussion of ideas in the classroom.

So as to formulate the hypothesis of a “dialogue” between the conceptions of the subject according to their behaviors within the textual universe and the set of enunciative situations with different theoretical status, we will attempt to identify the linguistic configurations of this text genre. We base its description on the theoretical assumption that the referential system is of adjustable nature, which is not compatible with a definitive stabilization (Culioli, 1982, 17).

### **1. Introdução**

A partir de um diálogo entre dois quadros teóricos do domínio das ciências da linguagem – o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) – esta contribuição apresenta dois objetivos enquadrados numa reflexão transversal relativamente à delimitação do conceito de sujeito. Visa, em primeiro lugar, identificar e descrever alguns mecanismos enunciativos, traduzidos por formas e construções linguísticas, presentes em textos de um género académico

específico – o debate de ideias. Em segundo lugar, e num movimento inverso, visa mostrar os efeitos dos constrangimentos genéricos sobre a materialização linguística destes textos empíricos.

De forma a atingir os objetivos propostos, ressaltaremos, num primeiro momento, que, apesar de os dois modelos se apresentarem teórico-metodologicamente distintos, um diálogo inter-teórico pode ser profícuo com vista à análise de textos empíricos. Esta reflexão centrar-se-á, em particular, no contraste e na busca da complementaridade teórica entre os conceitos de enunciador-sujeito (do âmbito da TOPE) e de enunciador-actante (do âmbito do ISD).

Como partimos de uma concepção de texto enquanto unidade comunicativa global que pode ser descrita em três níveis – textual, praxiológico e psicológico –, teceremos, em seguida, algumas considerações teóricas para as nossas análises sobre aspetos relevantes do ISD. Num outro momento, discorreremos sobre o género textual *debate de ideias* em sala de aula (Dolz, Schneuwly & Pietro, 2010, 215) e sobre a metodologia adotada. Por fim, passaremos à análise das formas e construções linguísticas presentes nos textos selecionados que marcam, de forma particular, a inscrição do sujeito, seu posicionamento e subjetividade.

A partir das análises efetuadas, procuraremos demonstrar que a descrição do sujeito-actante, como propõe o quadro do ISD, poderá ser enriquecida quando é “tangenciada” com pressupostos teóricos desenvolvidos pela TOPE para a descrição do sujeito. Esta hipótese deve-se, em particular, ao facto de, no quadro da TOPE, o sistema referencial ser de natureza ajustável, não compatível com uma estabilização definitiva (Culioli, 1982). Viabiliza-se, por isso, um cálculo com capacidade de explicar o funcionamento da linguagem em todas as suas dimensões.

## 2. Aspetos Teóricos

Como trabalhamos com a análise de textos empíricos, aspetos teóricos do ISD (ver Bronckart, 1997, 2004) merecem ser postos

em relevo como forma de enquadrar esta contribuição.

Por um lado, tenhamos presente a evidência de que, quando produz determinado texto, o agente produtor deve adaptar/adotar modelos de texto presentes em sua memória a longo termo. Estes conjuntos textos/gêneros constituem modelos a partir dos quais toda a produção textual “nova” deverá inspirar-se. Assim, todo o texto, enquanto unidade comunicativa global, está forçosamente integrado num género textual e conseqüentemente numa determinada prática social. Dessa forma, todos os processos linguístico-textuais utilizados (mecanismos de responsabilização enunciativa, mecanismos de textualização e infra-estrutura textual)<sup>1</sup> são constrangidos pelo género/atividade social em que o texto se integra.

Por outro lado, destacamos a importância do método descendente de análise, como preconiza esta perspectiva: a análise da materialização textual deve ser feita a partir da atividade/do agir (forma de intervenção orientada de um ou mais humanos no mundo – Bronckart, 2004, 110) aos textos e posteriormente aos recursos linguísticos presentes. Em particular, nesta contribuição, em que trabalhamos com um género textual que implica interação aluno/pesquisador em sala de aula, ressaltaremos, a partir da análise das configurações linguísticas, o modo como o

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre a definição destes aspetos, ver: Bronckart (1997).

sujeito se constrói e reconstrói em seu agir discente.

Evidentemente, de acordo com estes pressupostos, os actantes (i.e., todos os indivíduos implicados em determinado agir) podem, nas interações verbais em que atuam, apresentar-se ou como atores (indivíduos dotados de capacidades, motivos e intenções) ou como meros agentes (indivíduos que não apresentam as características invocadas) do processo. Será a partir da análise das diversas configurações linguísticas que, por conseguinte, materializam este sujeito/actante, que se poderá caracterizar/evidenciar este actante enquanto ator ou enquanto agente em determinado agir.

Ainda no plano teórico, duas outras dimensões merecem uma especial atenção. Temos, por um lado, o facto de a ação languageira, em curso, se articular, de uma forma dinâmica, com as propriedades semióticas dos textos. Por outro lado, esta perspectiva teórica considera os aspetos psicológicos e sociais das situações de produção dos textos a partir de dois conjuntos de representação: as que relevam do contexto de produção (mobilizados em relação ao espaço-tempo, às instâncias de agentividade e às finalidades da interação) e as que relevam dos conteúdos temáticos mobilizados aquando da produção dos textos e das representações sociais sobre estes aspetos.

### 3. Metodologia adotada

Os textos analisados para este estudo foram recolhidos em Dezembro de 2009, em várias universidades portuguesas (públicas e privadas), em faculdades distintas. Dizem respeito a interações pesquisador/alunos realizados em sala de aula sobre um tema específico: o empreendedorismo.

A partir do visionamento de alguns textos de empresas portuguesas, os alunos eram indagados sobre o que pensavam ser o empreendedorismo. Os debates, conduzidos pela pesquisadora, visavam observar de que forma estes alunos se posicionavam em relação a essa questão, enquanto atores ou enquanto agentes de determinado agir. Com isso, poderiam ser apontadas algumas pistas que ajudariam no desenvolvimento de estratégias de formação de futuros empreendedores. Apesar de, nas análises, ressaltarmos unicamente as intervenções dos alunos, vale a pena enfatizar que as interações verbais em análise são co-construídas e reatualizadas de uma forma dinâmica e interativa. Dessa forma, os enunciados dos discentes reproduzem ideias e reatualizam-nas. Neste contexto, a “voz” do pesquisador é muitas vezes “ouvida”, como ressaltaremos na análise efetuada.

Vale salientar que será a partir da análise de aspetos linguísticos identificados nestas intervenções que poderemos identificar o papel das instâncias enunciativas e, conseqüentemente, observar a atuação das mesmas enquanto agentes ou actantes. Contudo, ratificamos o constrangimento de

questões contextuais na semiotização dessas mesmas instâncias.

#### 4. Gênero *debate de ideias*

O debate em sala de aula é um instrumento para trabalhar as capacidades argumentativas dos alunos ao defenderem oralmente um ponto de vista sobre determinado tema trabalhado em contextos escolares/acadêmicos. Inclusive, a sua aplicação em sala de aula exige o desenvolvimento, por parte dos alunos, de capacidades em diversos níveis: cognitivo e linguístico, social e individual. Contudo, neste trabalho, em que trabalhamos com a análise das respostas dos alunos sobre as representações individuais/sociais que os alunos têm sobre o que venha a ser uma *ação empreendedora*, o termo *debate de ideias* assume uma definição mais ampla. Para nós, o *debate de ideias* diz respeito à exposição oral de pontos de vista em contextos interacionais, não implicando, necessariamente, a utilização de recursos argumentativos por parte daquele que (quando interpelado) expõe as suas considerações sobre determinado tema.

##### 4.1. Gênero *debate de ideias* – contexto de produção

Do ponto de vista dos parâmetros do contexto de produção, salientamos que os debates foram realizados em contexto universitário havendo, de um *lado*, o

*inquirido*, com um papel social definido (o de aluno), e do outro, um interveniente, que no caso não era o docente da disciplina, mas um investigador, cujo objetivo era a obtenção de dados para a sua investigação em curso.

##### 4.2. Gênero *debate de ideias* – análise linguístico-textual segundo o ISD

Ao analisarmos as intervenções dos alunos, de forma a desvendar o papel dos mesmos enquanto agentes/atores deste agir discente, devemos levar em consideração de que forma estes sujeitos são construídos durante a interação verbal em sala de aula, como já foi referido.

Através da abordagem teórica do ISD, estes sujeitos integram os mecanismos enunciativos e podem vir a ser apreendidos em *tipos de discurso* diversos. No caso específico dos trechos analisados, existe uma predominância de um discurso<sup>2</sup> misto: teórico e interativo, como vemos nos seguintes exemplos:

---

<sup>2</sup> No âmbito do ISD, os discursos correspondem a uma forma de semiotização linguística de mundos discursivos, sendo que estes últimos, como afirma Coutinho (2009, 199), estabelecem uma espécie de intermediação entre os mundos formais (representações coletivas) e o próprio mundo ordinário do agente implicado (representações individuais). Existem quatro tipos de discurso - Discurso Interativo, Relato Interativo, Narração e Discurso Teórico - que podem ser reconhecidos a partir das formas linguísticas que os semiotizam.

(1) Acho que sim, estes itens que existem é que são os dois únicos dirigidos à pessoa [...]

(2) Mas o empreendedorismo pra mim é:: é isso mesmo é é é agarrar uma ideia muito simples, que que ninguém (como a arte), uma coisa que parece ser natural, e transformar e transformá-lo num caso de sucesso.

(3) Numa primeira abordagem, acho que não. Acho que não.

(4) E daí eu acho que o anúncio da TAP seja mais empreendedor, refiro-me...de de::ixa de ser uma relação, se calhar vai ao encontro dos clientes

(5) Acho que toda a gente se pode transformar é o que eu estou a tentar: to a tentar dizer... eu penso que este aqui [es]teja... é mais atrativo.

Lembremos que os *tipos de discurso*, de acordo com o ISD, se relacionam com os mundos discursivos construídos que, por sua vez, estão relacionados com dois tipos de rutura: a rutura temporal e a rutura actorial<sup>3</sup>. Dessa forma, ao analisarmos os trechos selecionados, observamos que, do ponto de vista temporal, existe uma correspondência entre as coordenadas temporais da ação em curso – trata-se da

ordem do expor. Contudo, do ponto de vista actorial, pode verificar-se tanto uma correspondência entre as instâncias agentivas da ação de linguagem e as que são verbalizadas no texto (relação de implicação) como pode ainda existir uma rutura entre elas (relação de autonomia). Com isso, temos trechos tanto no discurso interativo, quanto no discurso teórico.

A presença de formas de primeira pessoa verbais ou pronominais – “acho” em (1); (3) e (4) “mim” em (2), implicando o sujeito na interação, ou ainda de deícticos – “este aqui” em (4) - tipificam o discurso interativo. Por outro lado, a existência de verbos com carácter impessoal – “existem” em (1) – ou de organizadores argumentativos e lógicos – “mas” em (2) e “numa primeira abordagem” em (3), caracterizam o discurso teórico.

Esta justaposição de trechos da ordem do expor com implicação actorial associada, intercalada com a utilização de estruturas linguísticas que remetem para uma maior “logicidade textual”, com distanciamento deste mesmo actante, confere a este *debate de ideias* um carácter, por vezes, artificial e controlado.

De forma a tentar confirmar esta posição, os fundamentos teóricos desenvolvidos pela TOPE são de extrema importância ao serem tangenciados com os pressupostos teóricos do ISD, como veremos a seguir.

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre esta questão, ver Bronckart (2008) e Coutinho (2009). Embora o termo actorial não dicionarizado em língua portuguesa, optamos por traduzir tal vocábulo seguindo a versão original, dada a sua importância neste quadro teórico.

## 5. Género *debate de ideias* - Análise do *corpus* e reflexão teórica no âmbito da TOPE

Tendo em conta a delimitação do conceito de sujeito, a partir da análise de dados empíricos e tendo em conta a existência de possíveis ‘tangências’ teóricas, a TOPE pode fornecer instrumentos de análise das formas linguísticas que sustentem a identificação de instâncias actanciais.

Da observação do *corpus* em apreço, ressaltam algumas formas e construções linguísticas, já atrás identificadas enquanto marcadoras de ‘implicação actancial associada ao modo do expor’. Do ponto de vista enunciativo, trata-se de formas que introduzem um conteúdo proposicional, um complemento de natureza predicativa portanto, e que marcam a construção de um valor modal epistémico.

De entre as formas e construções linguísticas marcadoras desse valor modal epistémico, destacamos a construção de subordinação, a ocorrência de predicados ao nível da subordinada com os verbos *achar* (enunciados 1, 3, 4 e 5) e *pensar* (enunciado 5) e, ainda ao nível da subordinada, a primeira pessoa gramatical. Em causa está, por conseguinte, a relação entre a heterogeneidade enunciativa e a validação subjetiva do conteúdo proposicional. Conforme o objetivo que nos propomos, para se explorar possibilidade a uma relação entre uma descrição linguística das formas e construções linguísticas no quadro da TOPE e o conceito de Actante, coloca-se-

nos uma hipótese de trabalho que passa pela revisitação teórica de alguns aspetos da TOPE com vista a uma possível integração da dimensão praxiológica, característica do conceito de Actante.

### 5.1 A subordinação - que caracterização enunciativa?

Numa perspetiva necessariamente transcategorial, a subordinação é um processo através do qual os níveis sintático e semântico são descritos numa mesma sequência de operações. Assim perspetivada enquanto construção linguística, a subordinação é um marcador complexo de uma operação de determinação registada nos dois níveis de operações: ao nível da construção da relação predicativa associada à proposição principal e ao nível da determinação da relação predicativa complexa, marcando, desta forma, a determinação de valores temporais, aspetuais e modais do enunciado.

Na relação predicativa complexa que subjaz a qualquer construção de subordinação, a relação predicativa imbricada<sup>4</sup>, ao

---

<sup>4</sup> Deve-se a Deschamps, numa proposta de explicação enunciativa do funcionamento dos complementos proposicionais verbais, a opção por ‘imbrication’ para designar a tradicionalmente referida subordinação, e por ‘imbriquée’ e ‘imbricante’ para designar, respetivamente, os dois termos ‘subordinada’ e ‘subordinante’ (1997, 2006). Adotamos e traduzimos estes termos em virtude de refletirem um ponto de vista que não é tão directamente devedor da perspectiva estrutural e, por conseguinte, estritamente sintática.

instanciar o lugar de um argumento  $C_1$  na relação imbricante, é introduzida pela tradicionalmente classificada conjunção completiva “que”, sendo esta forma “l’image du premier énonciateur” (Culioli, 1974: 12), que, portanto, representa o ato assertivo do sujeito da enunciação, origem de toda a enunciação. É Culioli quem, a propósito deste facto, refere que “ce que peut constituer un indice d’actoralité” (Culioli, *ibidem*).

A complexidade associada à determinação modal dos enunciados que, como os aqui destacadas e numerados de 1 a 5, apresentam uma construção de subordinação, conduz-nos a considerar a questão da dissociação entre a fonte enunciativa ( $S_0$ ) e a fonte modal ( $S_1$ ). Levamos, por conseguinte, a perguntar como se constroem os valores modais em enunciados complexos, cujas relações predicativas, ligadas por uma relação de imbricação, podem apresentar diferentes valores modais, ou, pelo menos, diferentes fontes modais.

A estrutura de subordinação (aqui por nós designada por relação de imbricação) constitui, por conseguinte, um marcador de uma operação de localização do complemento pelo enunciador e, por conseguinte, da localização em relação a um sistema referencial.

## 5.2 Predicados com os verbos *achar* e *pensar*.

Estas construções marcam a construção de um valor modal epistémico do domínio do não-certo. Uma variação ao nível do sujeito do enunciado ( $S_2$ ) da relação predicativa imbricante (argumento  $C_0$  da relação predicativa complexa) implica que se dê a construção de diferentes valores modais. Este facto põe em evidência o problema da natureza da fonte enunciativa e da sua definição metalinguística envolvendo o sistema de referência construído a partir de  $Sit_0$ . Coloca em evidência a necessidade de, para a descrição metalinguística da subordinação, se considerar também outros localizadores situacionais derivados.

Aliás, ao referir-se ao sistema referencial composto pela cadeia de localizações dos parâmetros subjetivo e temporal com estatuto teórico, Culioli afirma a possibilidade de este mesmo sistema se alargar, integrando outros índices subjetivos e temporais derivados: “[...] Ce système est minimal et peut être enrichi de façon réglée par la construction d’autres repères” (Culioli 1982: 17).

O facto de se centrar o trabalho de cálculo de valores modais sobre o parâmetro abstrato subjetivo ( $S$ ) do sistema referencial ( $Sit$ ) corresponde a um meio teórico de descrever o funcionamento destes verbos, nomeadamente dos valores modais suscetíveis de ser veiculados ao nível da relação imbricada.

Neste sentido, várias são as propostas explicativas a propósito do ‘problema’ da fonte enunciativa e da sua definição

metalinguística. Wyld, por exemplo, propõe a concepção de um localizador suplementar, aquilo que designa como um “repère origine derivé”, notado como  $Sit_{0d}$  ( $T_{0d}$ ,  $S_{0d}$ ), ou ainda como “un repère supplémentaire éventuel” ou “une sorte de copie déplacée” (2001: 17-19).

Campos (2001) perspectiva o problema geral da dissociação enunciativa de forma ligeiramente diferente, ao propor que se distingam uma origem enunciativa abstratamente (e não referencialmente) disjunta de  $S_0$ , marcada pela primeira pessoa gramatical, e uma origem enunciativa referencialmente disjunta de  $S_0$ , notada  $S_1$  e marcada pela terceira pessoa gramatical. Esta proposta parece-nos mais operatória no sentido de enriquecer o sistema complexo de coordenadas enunciativas, revelando-se muito pertinente, de forma particular, para o estudo da subordinação e, de forma mais geral, para designar o suporte modal marcado pelas diferentes pessoas gramaticais. A diferença entre um sujeito modal abstratamente disjunto e um sujeito modal referencialmente disjunto é fundamental para se proceder ao cálculo referencial dos diferentes valores construídos.

Posto isto, como definir um valor de ‘subjatividade’, com uma ‘dimensão actorial’, construído, de modo particular, no domínio da modalidade epistémica? Impõe-se, para tal, uma reflexão teórica que permita definir um valor de subjatividade, uma vez que, no quadro da TOPE, o sujeito

enunciador corresponde a um parâmetro metalinguístico, com uma natureza teórica. É a fonte abstrata da determinação do enunciado: “[...] le premier sujet énonciateur, qui nous fournit l’origine de l’espace inter subjectif de toute situation énonciation” (Culioli, 1973: 88). Não se constitui um sujeito concebido como fonte de uma subjatividade estrita, uma vez que a enunciação se rege pela intersubjatividade, não pela subjatividade: “Le sujet énonciateur, loin de nous perdre dans les sables mouvants de la subjectivité, devient [...] le pôle de stabilité incessamment renouvelé, à partir duquel le langage va pouvoir acquérir la variabilité nécessaire à son fonctionnement” (Robert, 1994: 228).

Porém, a construção de uma fonte modal abstratamente disjunta de  $S_0$  (marcada pela primeira pessoa gramatical), ao preservar as propriedades da fonte enunciativa, não corresponde à construção de uma nova origem de locução referencialmente distinta. Corresponde, antes, àquilo que, à falta de melhor formulação, poderemos designar como ‘subjectivação’ de  $S_0$ , como fonte de um processo de inferência, a partir da interpretação de índices. Consequentemente, a sua descrição metalinguística como agente cognitivo parece exigir o recurso ao conceito de subjatividade.

Dir-se-á, portanto, que o valor modal epistémico do domínio do não-certo, seja qual for o grau de validação da relação predicativa (mais próxima ou mais longe do



polo positivo), constrói-se através de um desdobramento da origem enunciativa, neste caso, construída também como agente da construção e de transmissão de conhecimento, isto é, como fonte de uma ‘subjatividade’ ou ainda, enquanto responsável por uma ‘validação subjetiva’.

### 5.3 Primeira pessoa como índice de subjatividade

Sobre a primeira pessoa, justifica-se uma revisitação de algumas reflexões gramaticais. Por exemplo, da Antiguidade Clássica Grega, chega-nos a seguinte consideração de Dionísio da Trácia (século I) a respeito deste tópico: “La première personne, c’est celui de qui vient l’énoncé [...]”. Prisciniano, autor latino (século VI), por sua vez, refere-se à primeira pessoa do seguinte modo: “La première personne, c’est quand celle qui parle, parle d’elle même [...]”.

Mais recentemente, com Benveniste (1966 e 1974) retoma a reflexão sobre a natureza do sujeito e fa-lo numa linha de pensamento que podemos considerar vir numa certa continuidade de Dionísio de Trácia. Benveniste considera unicamente a dimensão alocutória das formas pessoais, o que o leva a considerar a terceira pessoa como “non personne”:

“Dans les deux premières personnes, il y a à la fois une personne impliquée et un discours sur cette personne. ‘Je’ désigne celui qui parle et implique en même temps

un énoncé sur le compte de ‘je’: disant ‘je’, je ne puis ne pas parler de moi. [...]de la 3<sup>e</sup> personne, un prédicat est bien énoncé, seulement hors du ‘je tu’; cette forme est ainsi exceptée de la relation par laquelle ‘je’ et ‘tu’ se spécifient. Dès lors, la légitimité de cette forme comme ‘personne’ se trouve mise en question. [...]”. (*ibidem*: 228)

Guillaume ([1947-48] 1988) reconhece também o estatuto particular das pessoas interlocutórias – i.e., das primeira e segunda pessoas -, mas atribui uma “função predicativa” à categoria de pessoa em geral. Concebe, assim, que a primeira pessoa se define numa relação complexa que mantém com o “hors de soi” e, portanto, com a terceira pessoa, que Guillaume considera estar subjacente a todas as pessoas, sendo mesmo, do seu ponto de vista, o fundamento do sistema linguístico.

O facto de - como refere - não existir, em certas línguas do Extremo Oriente, um sistema de representação das primeira e segunda pessoas permite-lhe concluir que o sistema de pessoa característico das línguas ocidentais tem o seu fundamento no que refere como sendo um “[...] ‘contrat associatif’ entre la personne de langage et la personne de langue” (O’Kelly, 1997: 302). Efetivamente, certas línguas do Extremo Oriente registam a existência da terceira pessoa: “[...] personne immanente [...] qui appartient non pas à l’acte de langage, mais à l’exprimé dont cet acte est porteur” (*ibidem*: 188).

Mais tarde, Milner (1978) afirma que, da identificação entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, resulta uma subjetificação do enunciado:

“[...] pour penser la possibilité du je, il lui faut poser tout énoncé peut être rapporté à un point, dont on ne suppose rien sinon qu’il énonce. Mais immédiatement, un tel concept s’ouvre à une autre lecture: le point auquel l’énoncé est rapporté est en même temps posé comme un sujet, et la possibilité demeure qu’il subjective l’énoncé d’une manière qui échappe à la représentation” (*ibidem*: 119-120).

Na mesma linha de pensamento e voltando aos enunciados de cima, ao integrar as “fórmulas modais” (*eu acho* e *eu penso*), a primeira pessoa não marca apenas uma localização de identificação entre o sujeito do enunciado ( $S_2$ ) e o sujeito enunciador ( $S_0$ ). Marca também, e em virtude do valor modal epistémico do domínio do não-certo, a construção de uma fonte enunciativa, abstratamente disjunta de  $S_0$ , responsável pela validação parcial de um conteúdo proposicional.

A constatação da especificidade deste tipo de construções permite, em Benveniste (1966), uma referência à especificidade do emprego da primeira pessoa. Refere este autor que a primeira pessoa é um “indicateur de subjectivité”. Mas é-o exclusivamente quando em coocorrência com certos predicados, nomeadamente, com predicados que integram os verbos que

permitem a expressão de uma opinião baseada num ponto de vista.

Ora, de acordo com Franckel & Lebaud (1990), estes predicados integram a subcategoria dos “*prédicats subjectifs*”. Têm como característica o facto de implicarem uma identificação entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, sendo que quando tal identificação não se dá – i.e., quando o sujeito do enunciado é marcado pelas segunda ou terceira pessoas – se constroem valores inferenciais:

“[Ces prédicats] impliquent une identification entre sujet du prédicat et sujet de l’énonciation, telle que toute dissociation conduit à des relations d’inférences dont les conséquences modales sont variables et plus ou moins nettement repérables [...]” (*ibidem*: 52)

Se, por um lado, os predicados subjetivos registam uma dissimetria entre os empregos na primeira pessoa e os empregos na segunda pessoa, por outro, observa-se que, no caso dos predicados não subjetivos, há uma asserção estrita - com o valor modal epistémico do “certo”, portanto - em todas as pessoas: “[Un prédicat non subjectif] se prête à une assertion de l’énonciateur à toutes les personnes [...]” (*ibidem*).

#### 5.4 Aproximação ao performativo austiniano

Esta reflexão de natureza teórica permite uma possível aproximação destas

construções ao performativo austiniano e permite, nesse sentido, que se fale de “pseudo-performatividade”. É, aliás, Austin ([1962] 21975) quem propõe a inclusão de certos verbos que exprimem atitudes proposicionais (entre eles, *to know* e *to believe*) nos performativos.

Com o objetivo de superar a falta de critérios linguísticos da definição austiniana de performatividade, Campos (1998: 35) propõe uma descrição metalinguística que clarifique o conceito de performatividade. Propõe, deste modo, que os performativos se caracterizam pela “identificação entre Sit<sub>2</sub> e Sit<sub>0</sub>”. Por outras palavras, nos casos em que, segundo Austin, há performatividade, os acontecimentos enunciativo e fenomenal são coincidentes; são dois acontecimentos de diferentes naturezas que, no entanto, são validados no mesmo intervalo de instantes. Está em causa a simultaneidade entre uma ocorrência fenomenal e a ocorrência linguística, ocorrência linguística esta que, ao descrever a ocorrência fenomenal, a constrói linguisticamente. O presente gramatical, seja do indicativo (*existem*, no enunciado 1), seja do conjuntivo (seja, no enunciado 4 e *[es]teja*, no enunciado 5), concorre para a marcação desta operação.

Por conseguinte, o desdobramento da origem enunciativa, a disjunção abstrata a que nos vimos referindo ao descrever os enunciados 1, 2, 4 e 5, corresponde a uma espécie de encenação, através da qual o sujeito enunciativo se estabelece como

sujeito cognitivo, e se assume, por isso, como garante (conforme o caso) da validação ou da não validação da relação predicativa imbricada. Deve-se a este estatuto - de um sujeito enunciativo construído como sendo o único responsável pelo juízo produzido - o enfraquecimento do poder assertivo do mesmo juízo, i.e., o valor modal epistémico do domínio do não certo, a que já nos referimos.

## 6. Considerações finais

Como resultado deste exercício de reflexão teórico-metodológica, podemos confirmar que uma descrição da construção que combina subordinação e predicados subjetivos na primeira pessoa com um valor modal epistémico não-certo contribui para a descrição do estatuto de actantes, presentes no universo textual. Além disso, em função do estatuto assim definido, no género textual *debate de ideias*, os envolvidos (no caso, os alunos) constroem-se principalmente como pseudo-atores, uma vez que a sua responsabilização enunciativa é constrangida por aspetos genéricos (nomeadamente, pelo contexto de produção).

Quanto às ‘tangências’ inter-teóricas possíveis, tendo em conta a delimitação do conceito de sujeito a partir da análise de dados empíricos, consideramos que, por um lado, a TOPE pode fornecer instrumentos de análise das formas linguísticas que sustentem a identificação de instâncias

actanciais e, por outro lado, o ISD põe em relevo a existência de constrangimentos genéricos no que concerne a materialização linguística, o que pode, por sua vez, viabilizar a hipótese de uma descrição da ‘subjatividade’ linguística no quadro da TOPE.

Em jeito de considerações finais, cabe também referir-se que as questões interessantes, ou mesmo desafios, que esta reflexão inter-teórica coloca merecem estudos mais aprofundados. Por um lado, a identificação do estatuto do actante (como agente ou como ator) carece de uma descrição ‘mais fina’ das formas linguísticas; por outro, a descrição da ‘subjatividade’ linguística’ poderá beneficiar da conceção de uma dimensão praxiológica. Para tal, mostrando de forma mais sustentada a relevância de se estabelecer diálogos entre quadros teóricos diferentes mas complementares, será necessário alargar o *corpus*.

### **Bibliografia**

AUSTIN, J. L. [1962] 21975. *How to do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.

BENVENISTE, E. 1966. *Problèmes de linguistique générale* 1. Paris: Gallimard.

BENVENISTE, E. 1974. *Problèmes de linguistique générale* 2. Paris: Gallimard.

BRONCKART, J.-P. 1997. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionnisme socio-discursif*. Genève/Paris: Delachaux et Niestlé.

BRONCKART, J.-P. (ed.) 2004. Agir et discours en situation de travail. *Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation* 103, pp. 101-118.

BRONCKART, J.-P.; E. Bulea 2009. L'analyse du travail enseignant. Théorie et méthode. Notas de aula proferida na Universidade de Catania, Sicília.

CAMPOS, M. H. C. 1998. *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*. Lisboa: JNICT/FCG.

CAMPOS, M. H. C. 1998. Approche énonciative de quelques faits de modalité. In *Atti del XXI Congresso Internazionale de Linguistica e Filologia Romanza* Vol. III, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 169-177.

CRISTOVÃO, V. L. L.; Adja B. de Durão, A. & E. L. Nascimento 2003. Debate em sala de aula: Práticas de linguagem em um gênero escolar. *Anais do 5º Encontro do Celsul*. Curitiba- PR, pp. 1436-1441.

COUTINHO, A. 2005. Para uma linguística dos gêneros de texto. *Diacrítica*. 19(1), pp. 73-88.

CULIOLI, A. 1999a. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* t.2. Paris: Éditions Ophrys.

- CULIOLI, A. 1999b. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* t.3. Paris: Éditions Ophrys.
- CULIOLI, A. 1982. Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe, Université Paris VII / DRL, Coll. ERA 642 (também in Culioli, A. PLE t.2, pp. 95-113).
- CULIOLI, A. 1974. A propos des énoncés exclamationnels, *Langue Française* 22: 6-15 (também in Culioli, A. PLE t.3, pp. 113-123).
- CULIOLI, A. 1973. Sur quelques contradictions en linguistique, *Communications* 20: 83-91 (também in Culioli, A. PLE t.2: pp. 43-51).
- CUNHA, L. & N. Jorge 2010. A discussão de ideias: proposta de sequência didática. Comunicação apresentada no *II Encontro Internacional do Português: Novos desafios no ensino do Português*.
- DESCHMPS, A. 2006. Pour un traitement énonciatif des paramètres des compléments des verbes à forme non-finie. In C. Delmas (ed.) *Complétude, cognition, construction linguistique*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, pp. 135-146.
- DESCHAMPS, A. 1997. Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels des verbes. In C. Rivière; M. L. Groussier (eds.) *La notion*, Paris: Éditions Ophrys, pp. 60-74.
- DOLZ, J.; B. Schneuwly & J. F. de Pietro 1998. Relato da Elaboração de uma sequência. o debate público. Roxane Rojo (trad.). In *Pour un enseignement de l'oral: Initiation aux genres formels à l'école*. Paris: ESF Editeur, pp. 213-239.
- FRANCKEL, J.-J.; D. Lebaud 1990. *Les figures du sujet. A propos des verbes de perception, sentiments, connaissance*. Paris: Éditions Ophrys.
- GUILLAUME, G. [1947-48] 1988. *Leçons de linguistique*, série C, Vol. 8, Québec: Presses de l'Université Laval / Lille: Presses Universitaires de Lille.
- MILNER, J. C. 1978. *L'amour de la langue*. Paris: Éditions du Seuil.
- PINTO, R. 2009. Gêneros textuais em atividades sociais: uma abordagem epistêmico-linguístico-praxiológica. In: *Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN* v.1. João Pessoa: Ideia (CD-Rom publ.) vol. 1: pp. 2461-2469.
- PINTO, R.; H. T. Valentim 2009. Uma descrição linguístico-textual. Que interfaces teóricas possíveis? In L. WERNECK DOS SANTOS et al. (orgs.), *Anais do XV Congresso da Assel-Rio. Linguagens em diálogo: Pesquisa e ensino na área de Letras*. Faculdade de Letras da UFRJ. Publ. em CD-rom.
- PINTO, R. & C. Teixeira 2011. A agentividade no Agir Publicitário: uma análise multimodal, IV Seminário Internacional de Linguística da Cruzeiro do Sul (IV SIL), *Actas do IV Simpósio Internacional de Linguística*. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, pp. 203-215.

VALENTIM, H. T. 2007. Valores e operações subjacentes a pensar + complemento infinitivo e a pensar + complemento preposicional. In M. Lobo; M. A. Coutinho (orgs.), *Textos seleccionados do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 663-672.

VALENTIM, H. T. 2005. *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. Dissertação de Doutoramento em Linguística, especialidade em Semântica. FCSH-UNL (não publicada).